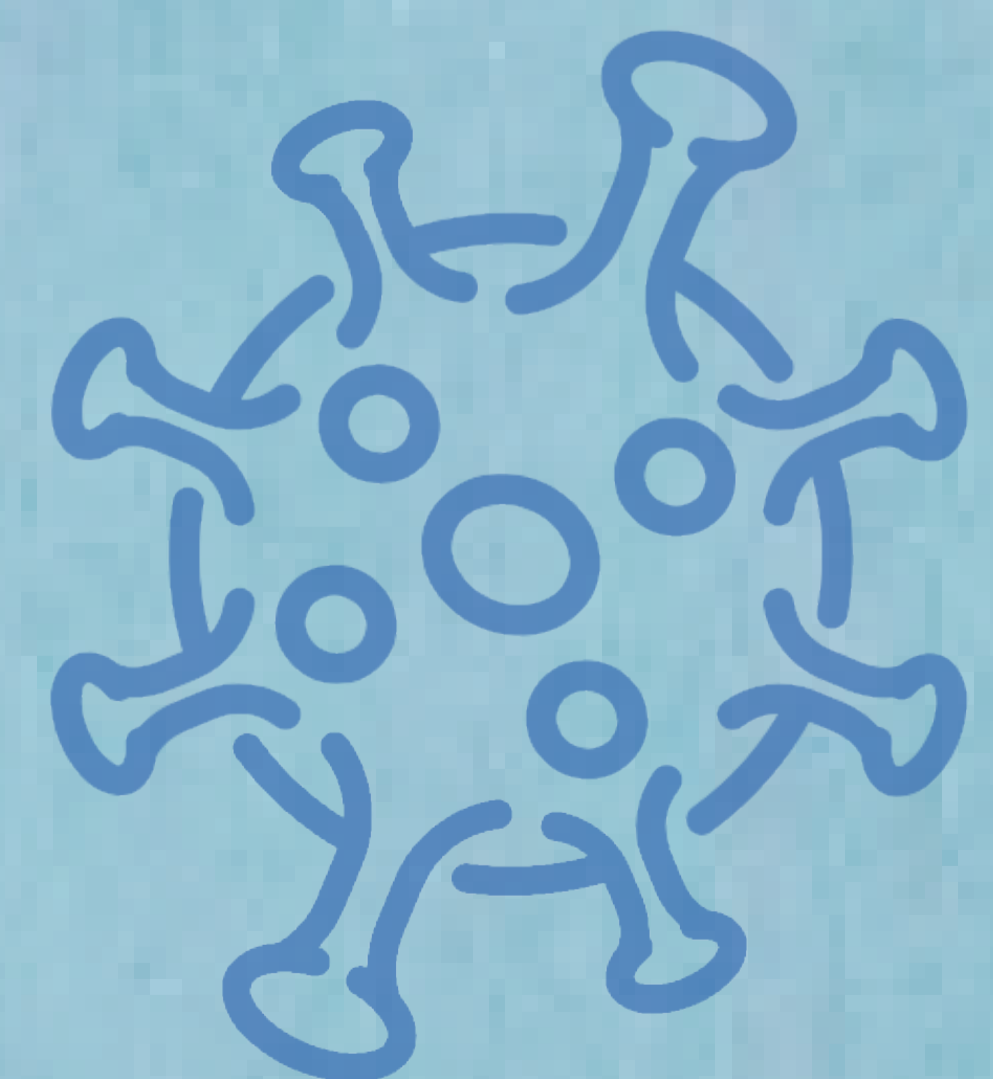


13ª Edição

# MAPA SOCIAL DO CORONA



REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz





# CULTURA POPULAR NA PANDEMIA: IMPACTOS E REAÇÕES DOS AGENTES CULTURAIS EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Aruan Braga, Lino Teixeira, Michella Maia, Jorge Barbosa e Rebeca Brandão\*

\* Rebeca é baixadense, produtora cultural, pesquisadora e curiosa da cultura independente carioca e fluminense. Foi coordenadora da Arena Carioca Dicró e atualmente coordena o eixo de Desenvolvimento Institucional do Observatório de Favelas.

A cultura popular, compreendida aqui como aquela realizada nos territórios populares e/ou por sujeitos e sujeitas oriundos deles, faz da cidade do Rio de Janeiro um lugar único e cheio de vida. A pandemia transformou esse cenário, o qual vamos nos debruçar nesta 13ª edição do boletim do Mapa Social do Corona.

Embora seja evidente a potência cultural que emana da cidade, a conjuntura regressiva no que se refere às políticas públicas nos anos anteriores a pandemia apresentou significativo desinvestimento no setor, com o desmonte de importantes ações governamentais.

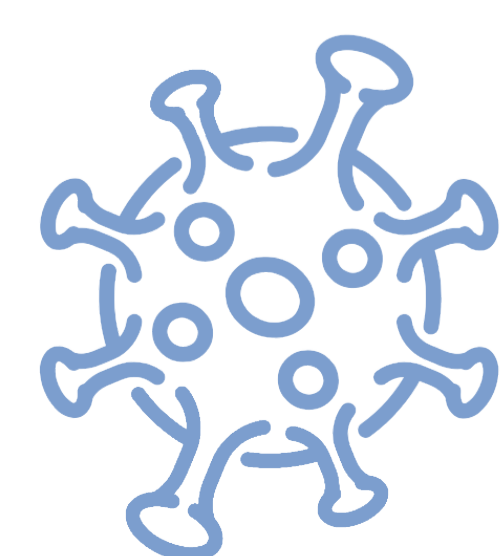
Quando da chegada da covid-19, a mobilização dos realizadores da cultura na cidade demonstrou mais uma vez a importância não só cultural, mas também social e humanitária do setor. Essa afirmação pode ser comprovada seja na conquista de leis e editais públicos para subsistência dos profissionais e também para o financiamento de atividades

culturais, seja nas ações de solidariedade em favelas e periferias da cidade.

Neste último caso, dedicamos uma seção exclusiva do texto para ressaltar e reverenciar organizações e coletivos ligados à arte e a cultura que atuam nos territórios populares da cidade. Na maior parte dos casos encontrados, os grupos culturais foram os primeiros a se mobilizar no enfrentamento dos impactos sociais e de saúde da Covid19, mesmo sem experiência pregressa em atividades destes campos.

Para melhor compreensão dos impactos e também das estratégias e ações desenvolvidas no enfrentamento da pandemia buscamos fontes variadas de informações e dados, bem como dialogamos com três profissionais da cultura que atuam em diferentes funções no setor cultural. A quem agradecemos imensamente pela colaboração.

Boa leitura.





## O CAMPO CULTURAL ANTES DA PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO: UMA POTÊNCIA POPULAR SEM INVESTIMENTO



Refletir sobre a cultura produzida na cidade do Rio de Janeiro suscita concordâncias e contradições. A cidade, que durante muito tempo foi a capital do país, para muitos preserva ainda o título de capital cultural, sendo o berço de inúmeras expressões exportadas e difundidas em todo o mundo através da música, da culinária, da moda e das festas populares, entre outros. Até 2018 o município respondia sozinho por mais da metade da produção teatral do país, 60% da produção cinematográfica, 75% da produção independente de conteúdo audiovisual<sup>1</sup>, além de possuir uma das maiores redes de equipamentos culturais públicos da América Latina, contando com teatros, museus, cinemas, centros culturais, bibliotecas, entre outros. A cidade também é sede de grandes eventos que mobilizam o turismo e possuem projeção internacional, como o RockInRio, o Réveillon de Copacabana e o Carnaval.

No entanto, a mesma estrutura que garante que o Rio de Janeiro permaneça sendo vanguarda na produção cultural no país, também esconde uma profunda e histórica desigualdade na distribuição de recursos, bens e equipamentos culturais na cidade. Esta discrepância de investimentos simbólicos e materiais, privados e públicos, em dife-

rentes áreas da cidade, contribuiu diretamente para a estruturação do abismo que separa moradores das zonas sul e central, em relação aos moradores das zonas norte, oeste e periferias, nas dimensões de acesso ao direito à cultura na cidade.


É deste descompasso entre a falta de estímulo a uma participação cultural periférica e o massivo investimento em produções feitas pela e para as regiões sul e central da cidade e seus moradores, que emergem coletivos, associações, companhias e organizações sociais dispostas a atuar em rede, ampliando suas atuações territoriais e, como cita Baron<sup>2</sup> redesenhando o mapa cultural do Rio.

A partir de 2012, com a proximidade dos megaeventos (Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, em 2016) e o inevitável encontro entre estas diferentes cenas na cidade, as demandas dos setores culturais das periferias passaram a figurar entre as preocupações do poder público. O debate sobre territorialização do orçamento ganha fôlego nas esferas públicas, reconhecendo o papel da produção cultural para o desenvolvimento territorial. Iniciativas como a Premiação "Ações Locais" (2014) da Secretaria Municipal de Cultura e o Programa "Favela Criativa" (2015) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do

<sup>1</sup> Denilson Nunes, 2018 "O fomento às produções culturais periféricas: O caso das rodas culturais do Estado do Rio de Janeiro"

<sup>2</sup> Lia Baron, 2016. "A territorialização das políticas públicas de cultura no Rio de Janeiro"





Estado do Rio de Janeiro foram grandes responsáveis pela ampliação do mapa da produção cultural carioca, reconhecendo, formando e estimulando iniciativas até hoje atuantes nos subúrbios e periferias da cidade.

Estes avanços ainda muito pontuais e recentes foram abruptamente interrompidos em 2017 com a chegada de Crivella à prefeitura da cidade. O bispo Marcelo Crivella, eleito na mesma onda conservadora que dois anos depois elegeria Jair Messias Bolsonaro para a presidência e Wilson Witzel para o governo do estado, também se alinhou a eles na perspectiva de gestão cultural, com evidente viés ideológico.

Contrariando todo o impacto econômico apresentado pela cultura no Rio de Janeiro, já comprovado através de estudo da FGV que revela que a cada um real investido na cultura, treze retornam para o PIB da cidade, Marcelo Crivella se posicionou como um grande inimigo da pauta. Para o setor cultural, sua chegada à prefeitura é marcada por censura, boicotes ao carnaval e a editais, perseguição a gestores de equipamentos, atrasos nos pagamentos de funcionários terceirizados e organizações co-gestoras, assim como pelo esvaziamento da agenda cultural da cidade.

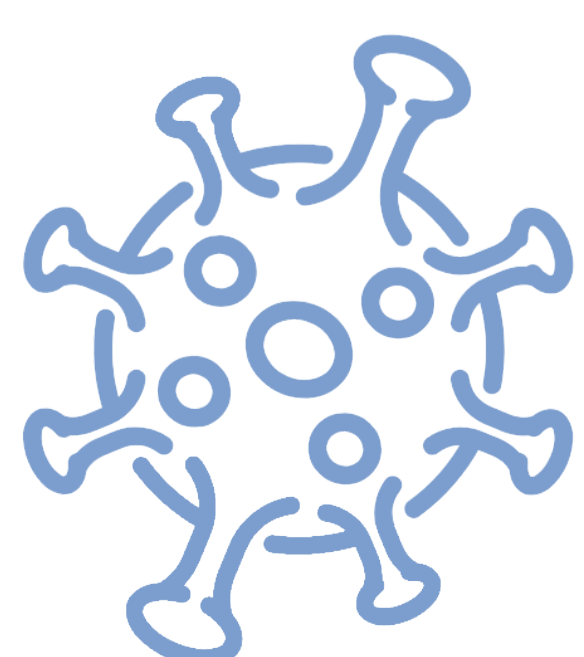
Jesus e Gobo<sup>3</sup> fizeram uma análise sobre a cultura na gestão Crivella e

observaram que o legislativo e executivo estavam constantemente alinhados em propostas que buscavam ampliar as restrições orçamentárias a eventos e expressões da cultura popular, ainda que esses eventos e expressões tivessem uma longa cadeia produtiva e gerassem recursos para a cidade. Tais propostas se alinharam de forma a coibir, esvaziar ou desmobilizar expressões culturais, artísticas e criativas que não se coadunavam à moralidade cristã. Os autores destacam que essas decisões e posições dentro do poder público são contrárias aos objetivos da política cultural, que visa a promoção da diversidade cultural. Da mesma forma, em nível federal na gestão Bolsonaro, Souza e Brandão<sup>4</sup> denunciam o enfraquecimento das instituições culturais e alterações nas políticas culturais de fomento à cultura.

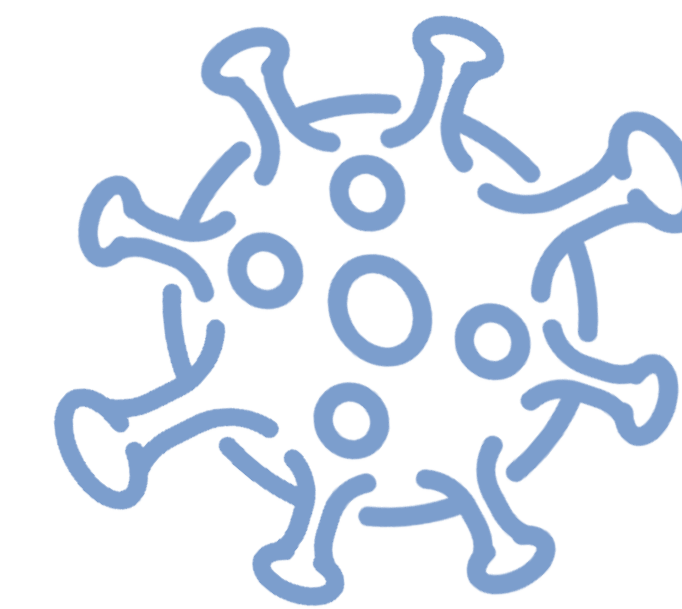
Essas ações e alterações observadas tanto a nível municipal como estadual e federal comprometem a promoção da diversidade cultural e todos os processos vinculados a ela, como o fortalecimento da rede colaborativa em espaços populares, a emancipação dos produtores culturais a partir da troca de saberes e a democratização no oferecimento e acesso à bens culturais. Ou seja, ações que não fortalecem a cultura popular, porém que reforçam nos/as agentes culturais o sentido da luta pela democratização das políticas culturais.

<sup>3</sup> Diego Santos Vieira de Jesus e Karla Gobo, 2018. "Cultura em tempos de Crivella: executivo e bancada evangélica do legislativo na área de cultura no Rio de Janeiro em 2017"

<sup>4</sup> Isabela Souza e Rebeca Brandão, 2021. "Política e cultura no governo Bolsonaro: quais disputas estão em xeque?"







## A PANDEMIA APROFUNDA A CRISE DO SETOR CULTURAL

Neste contexto, a declaração da pandemia pela OMS, em 2020, impactou ainda mais o setor cultural e reforçou a necessidade de políticas voltadas para as culturas populares e periféricas e seus trabalhadores. Impedidos de trabalhar em shows, espetáculos, eventos e demais atividades culturais por conta das regras de distanciamento social, os trabalhadores do setor foram diretamente afetados. Dados divulgados em 2020 pelo Itaú Cultural revelam que metade dos postos de trabalho ocupados por profissionais da cultura deixou de existir entre junho de 2019 e junho de 2020. Atualmente o setor cultural emprega e gera renda a aproximadamente 4,8 milhões de pessoas e, comparado ao total de pessoas ocupadas no país, foi o setor que mais perdeu postos de trabalho em 2020, invertendo o ganho crescente de postos que acontecia desde 2016<sup>5</sup>.

Com a interrupção das atividades presenciais, os profissionais da cultura não tinham de onde obter renda, exceto por aqueles/as que conseguiram migrar e manter atividades online. Rodrigo Pinho, produtor cultural, nos conta que ao longo dos dois anos de pandemia muitos contratos de shows e espetáculos foram cancelados, o mesmo só conseguiu manter um projeto ativo.

**“As práticas foram obrigadas a se adaptar para o ambiente virtual o que ocasionou um custo muito alto com**

**equipamentos de audiovisual que inclusive aumentaram de preços na pandemia. Muitos contratos de shows e espetáculos foram cancelados por quase 2 anos.** O único projeto que se manteve ativo gerando renda foi o Ativação Cultural, onde atuo como arte educador para a rede pública de ensino de Itaguaí, mas para estruturar teve muitos gastos inesperados com câmera, microfone que permitissem uma qualidade digna para os alunos.” **Rodrigo Pinho**

Já Ruth Rosa, baterista, nos afirmou que no primeiro semestre de 2020 conseguiu se isolar e, devido a falta de alternativas para trabalho, recebeu um auxílio pela UBC (União Brasileira dos Compositores). Ela conta ainda que, posteriormente, buscou emprego no comércio para se manter.

“No primeiro semestre de pandemia tive que me apegar ao auxílio oferecido pela UBC (União Brasileira dos Compositores), pois naquela altura não havia ainda nenhuma alternativa para o setor cultural, muito menos musical pertencente ao underground.

Nesse primeiro momento fiquei isolada, porém esse auxílio foi temporário, e logo que acabou me vi na obrigação de procurar um emprego. E comecei a trabalhar com um amigo, no setor de vendas de quadros. Então, até o período de dezembro de 2020 consegui me sustentar com esse trabalho. Essa era minha única fonte de renda.” **Ruth Rosa**

<sup>5</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2021. "Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009-2020"



Para completar a delicada situação em que se encontrava os trabalhadores formais e informais da cultura durante este período, grande parte das categorias de profissionais ligados às artes foram vetados da listagem oficial de categorias profissionais contempladas pelo auxílio emergencial, ficando (até a aprovação da Lei Aldir Blanc) muitos deles a mercê de ações de ajuda humanitária, organizadas por outros profissionais da mesma área, que através de grupos nas redes sociais, capitanearam doações e recursos para os profissionais da cultura em situação de vulnerabilidade. Foi o caso de Cinthia Sant'Ana, gestora de organização social, que enfrentou dificuldades durante a pandemia até conseguir recurso financeiro, mas que também se articulou a ações de enfrentamento à pandemia.

“Nós tivemos que trabalhar na primeira semana que fecharam tudo e tivemos que fazer campanha para conseguir água para uma localidade na Providência que não tinha água. O patrocínio foi suspenso e eu precisei demitir as pessoas porque não ia ter como pagar, uma saiu e uma ficou como voluntária. Seguimos assim até novembro quando o recurso entrou.

**Nos alimentamos com cesta básica que ganhávamos e também recebíamos as doações. Porque não tinha grana para nada. Atrasei o aluguel seis meses e todas as contas de água e luz. Meu companheiro que fazia Uber parou porque precisávamos do carro para**

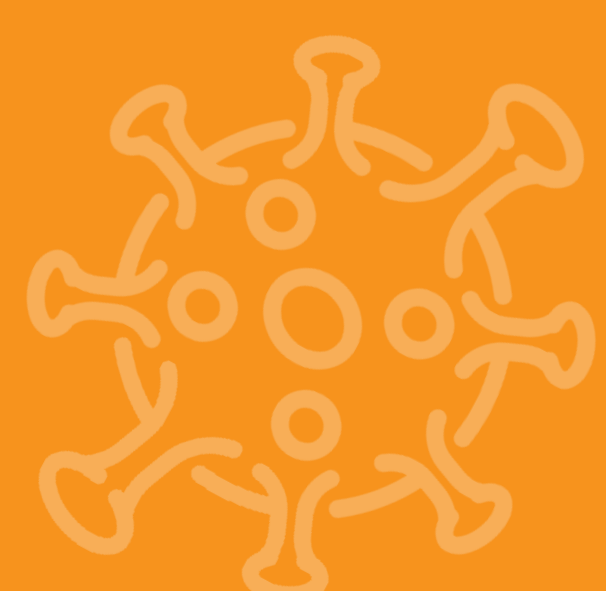
**buscar e distribuir as doações.** Então ficamos zerados de grana.”

**Cinthia Sant'Ana**

Frente ao descaso do poder público, iniciou-se então uma complexa articulação entre sociedade civil, quadros técnicos da cultura e parlamentares para a aprovação de um auxílio emergencial específico para o setor cultural. Após a histórica mobilização que envolveu a realização de conferências virtuais abertas a participação e escuta popular, a Lei 14.017 de 29 de junho de 2020, mais conhecida como Lei Aldir Blanc em homenagem ao compositor morto no mesmo ano em decorrência da COVID 19, foi aprovada distribuindo de forma inédita, três bilhões de reais para todos os estados e municípios do país.

Às instâncias municipais de cultura coube o papel de formular através de um plano de trabalho, sua política emergencial de enfrentamento à pandemia. Esta foi a primeira vez que muitos municípios do país tiveram a chance de planejar e executar um orçamento destinado somente à pasta da cultura em seus territórios, estimulando de forma nunca antes vista a produção cultural de agentes locais. Apenas no Estado do Rio, dos 92 municípios, apenas 3 não não aderiram à lei<sup>6</sup>. Se considerarmos a Baixada Fluminense (populosa área da região metropolitana do Rio), seus treze municípios mandaram e executaram planos de tra-

<sup>6</sup> Clarissa Semensato. "A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC"





balho para a LAB, recebendo juntos mais de 24 milhões de reais para reconhecer, apoiar e estimular a produção artística local<sup>7</sup>. Mais uma vez a ação governamental se mostra insuficiente para atendimento das demandas da população que mais demanda assistência pública. Neste momento, nem o agravante dos condicionante de saúde não foram critérios suficientes para redirecionar o investimento público. E como mostra a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro, a solidariedade e a mobilização endógena de lideranças e organizações sociais se mostrou de maneira inequívoca.

Em muitas favelas os agentes culturais atuantes no território passaram também a desempenhar o papel de agentes comunitários, participando de ações de mitigação da pandemia como distribuição de cestas básicas, materiais de limpeza e higiene . Para Souza e Brandão, estas correspondências entre agentes comunitários e práticas culturais e agentes culturais e práticas comunitárias, se dá muitas vezes porque são os agentes culturais e suas iniciativas responsáveis por visibilizar e reivindicar as pautas de um território, tornando-se assim uma referência local.

### SEÇÃO 03 - ORGANIZAÇÕES DE CULTURA EM FAVELAS NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Mesmo antes da chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil foi possível afirmar que seu impacto seria mais marcante e mortal nos territórios populares. Face à realidade pandêmica, outra afirmação confirmada foi sobre o impacto do isolamento social no setor e nas atividades que compreendem o campo cultural. A frase “a cultura será a primeira a parar e a última a voltar” embasou a reflexão e, posteriormente, a constatação factual em inúmeros artigos<sup>891011</sup>.

No entanto, em contrapartida ao cenário desolador confirmado na interseção das duas marcações citadas, ou seja, apesar dos impactos perversos da pandemia que atingiram a cultura popular, observamos uma reação coletiva emergencial por parte dos realizadores e ativistas deste campo na cidade, especialmente daqueles em que as práticas ocorrem em favelas e periferias. Organizações, coletivos e lideranças culturais nestes territórios do Rio de Janeiro transformaram suas práticas cotidianas

<sup>7</sup> João Guerreiro e Bruno Borja, 2022 - "Dois anos de pandemia na cultura da Baixada Fluminense (RJ): Lei Aldir Blanc nos municípios da região em 2020 e 2021"

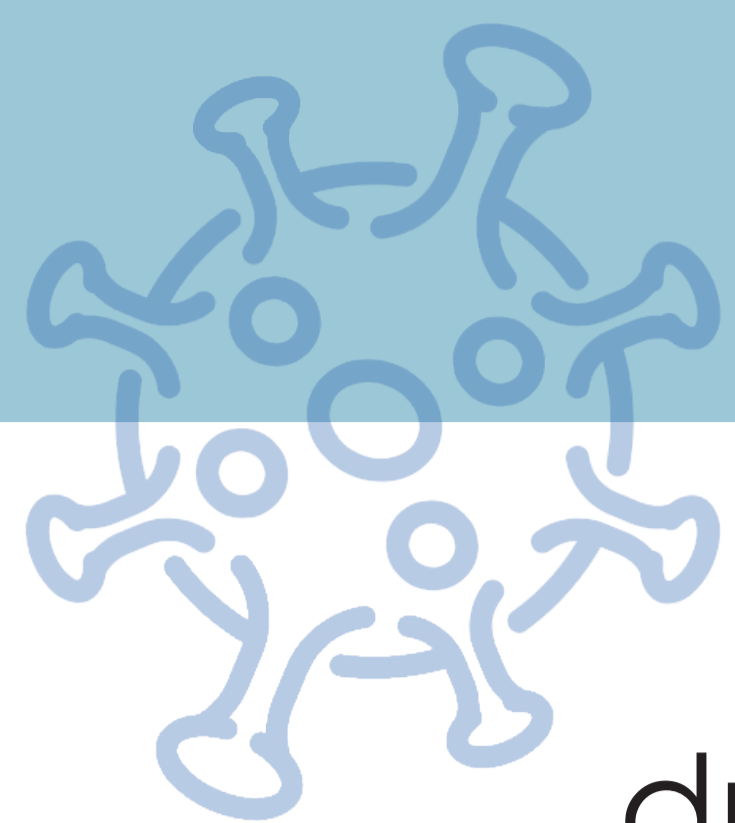
<sup>8</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brazil-forum-uk-discute-desafios-da-cultura-acompanhe,70003350917>

<sup>9</sup> <https://www.brasilefato.com.br/2020/04/30/primeiros-a-parar-na-pandemia-profissionais-da-cultura-relatam-abandono-do-governo>

<sup>10</sup> <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/42242#:~:text=O%20que%20j%C3%A1%20se%20apresentava,ser%C3%A1%20a%20C3%BAltima%20a%20voltar%22>

<sup>11</sup> <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/cultura-arte-pandemia-coronavirus?title=Revista%20Observat%C3%B3rio%202028%20Culturas,%20arte%20e%20pandemia>





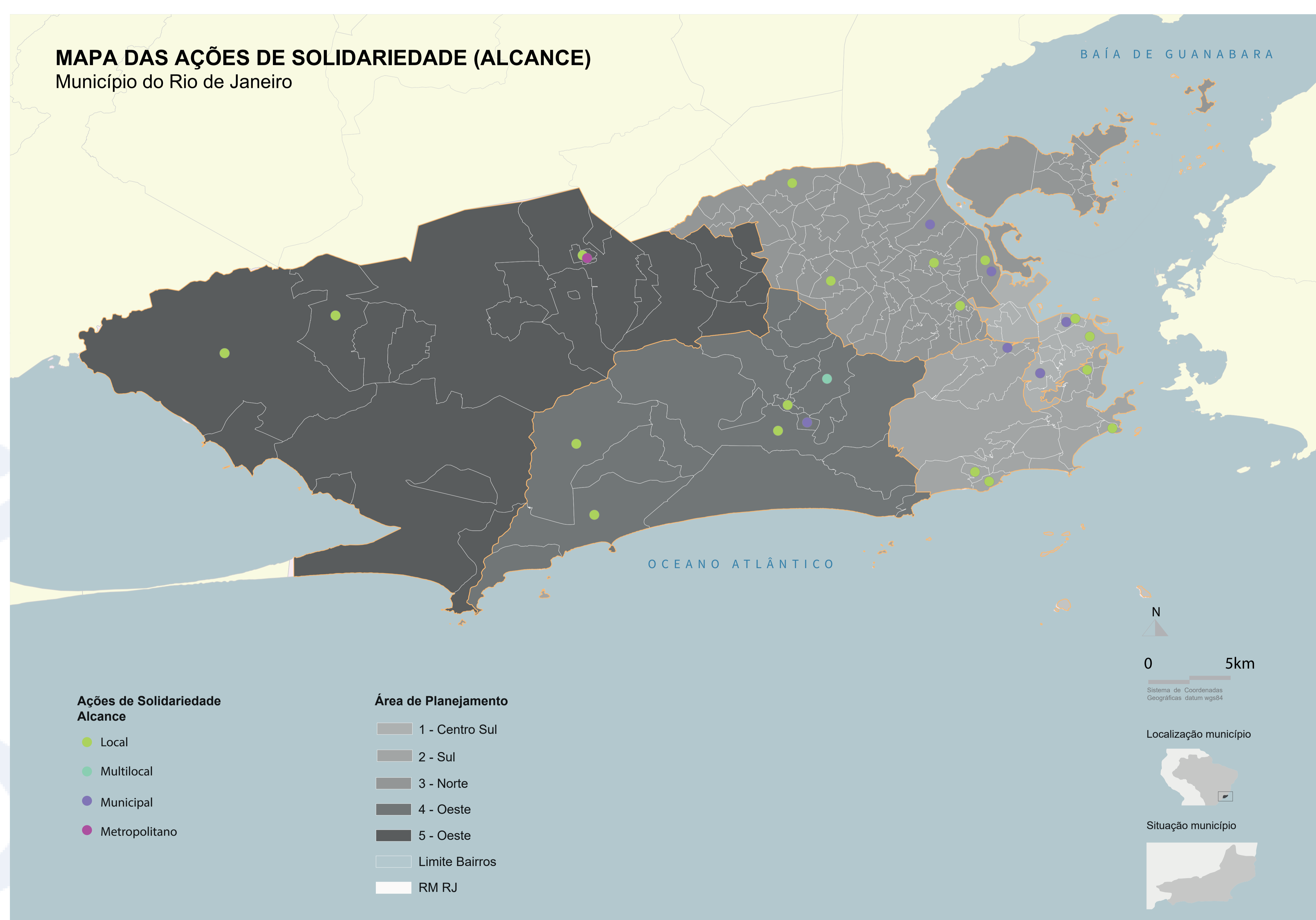
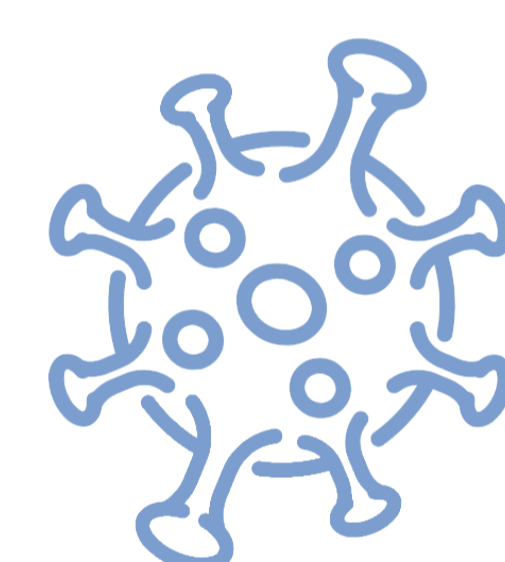
durante a pandemia e desempenharam papel central no socorro humanitário exigido pelo novo coronavírus.

Projetos e ações que antes se pautavam, por exemplo, na arte-educação para o desenvolvimento de processos educacionais e pedagógicos, ou até mesmo grupos e coletivos dedicados à exposição e apresentação artística, cessaram suas práticas características para organizar e implementar estratégias complexas de assistência emergencial, sobretudo no que se refere à Segurança alimentar, Distribuição de kits de higiene e Campanhas de comunicação.

Em mapeamento anterior realizado para a edição 10 do Mapa Social do Corona<sup>12</sup> em agosto de 2020 identificamos 36 organizações ou coletivos nestas condições. A data deste levantamento reforça o caráter emergencial destas reações e rearticulações dos agentes e realizadores de cultura em seus lugares de atuação e, na maior parte dos casos, também de residência.

Outro elemento que reforça a vinculação e o pertencimento destas práticas aos seus territórios pode ser observado no mapa abaixo, onde identificamos a localização e também a abrangência das ações de solidariedade realizadas por elas na cidade do Rio de Janeiro.

### MAPA 01: LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE REALIZADAS POR COLETIVOS DE CULTURA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA





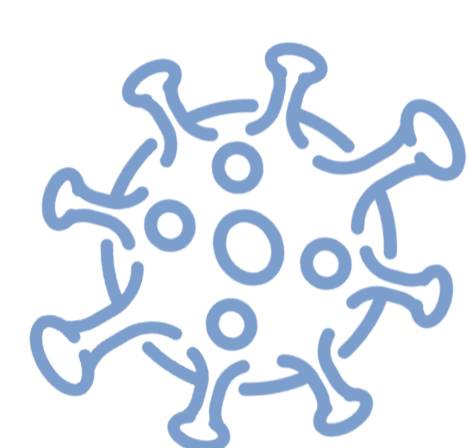
**Dentre este universo de organizações e coletivos culturais mapeados ganha destaque a escala de atuação local em 69,4% dos casos, ou seja, 25 ações no total. A ampla maioria das ações de solidariedade realizadas nesta escala revelam uma escolha estratégica destes grupos na concentração de esforços para seus locais originais de atuação, se valendo, portanto, das redes e estratégias territoriais desenvolvidas anteriormente.**

Este aspecto ganha relevância para as organizações e os projetos culturais pois é significativamente maior que o valor referente a mesma escala de atuação para o mapeamento geral, não restrito às iniciativas culturais, o qual marcou apenas 32,1%.

A importância cultural e simbólica dos projetos e organizações de cultura nas favelas e periferias do Rio é inquestionável e reconhecida por grande parte da sociedade. No entanto, a partir dos resultados alcançados e das estratégias desenvolvidas por estas organizações no enfrentamento à pandemia em seus próprios territórios, podemos destacar também o valor social e humanitário destes grupos. Se valendo de redes constituídas ao longo dos anos de atuação no atendimento direto à comunidade, organizações populares da cultura apresentaram maior capilaridade e pene-

tração em áreas de favelas do que diversos órgãos e equipamentos públicos de saúde e assistência social. Neste sentido, as ações de solidariedade desenvolvidas por agentes culturais de territórios populares assumem táticas e procedimentos exemplares para alcançar os setores mais vulneráveis dos territórios. Devem ser compreendidos enquanto referências para a ampliação e qualificação das políticas públicas em favelas e periferias na cidade. Organizações locais, de pequeno porte, com atuação local e de longo prazo se mobilizaram em maior número e com maior alcance no enfrentamento da pandemia. Reforçam, com efeito, a dimensão da descentralização estratégica e do engajamento comunitário para o sucesso das intervenções em favelas e periferias.

Por outro lado, a vinculação histórica das organizações e coletivos de cultura com seus territórios de atuação confirma que elas estão constituídas e em atuação nestes lugares há algum período de tempo anterior à pandemia. Ou seja, não foram criadas em resposta às demandas humanitárias aprofundadas nos períodos mais agudos da pandemia. No levantamento ampliado sobre as ações de solidariedade realizado na edição 11, 27,9% das ações foram criadas para enfrentar a pandemia. A minoria, portanto. Por sua



<sup>12</sup> <https://of.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Mapa-Social-do-Corona-10.pdf>

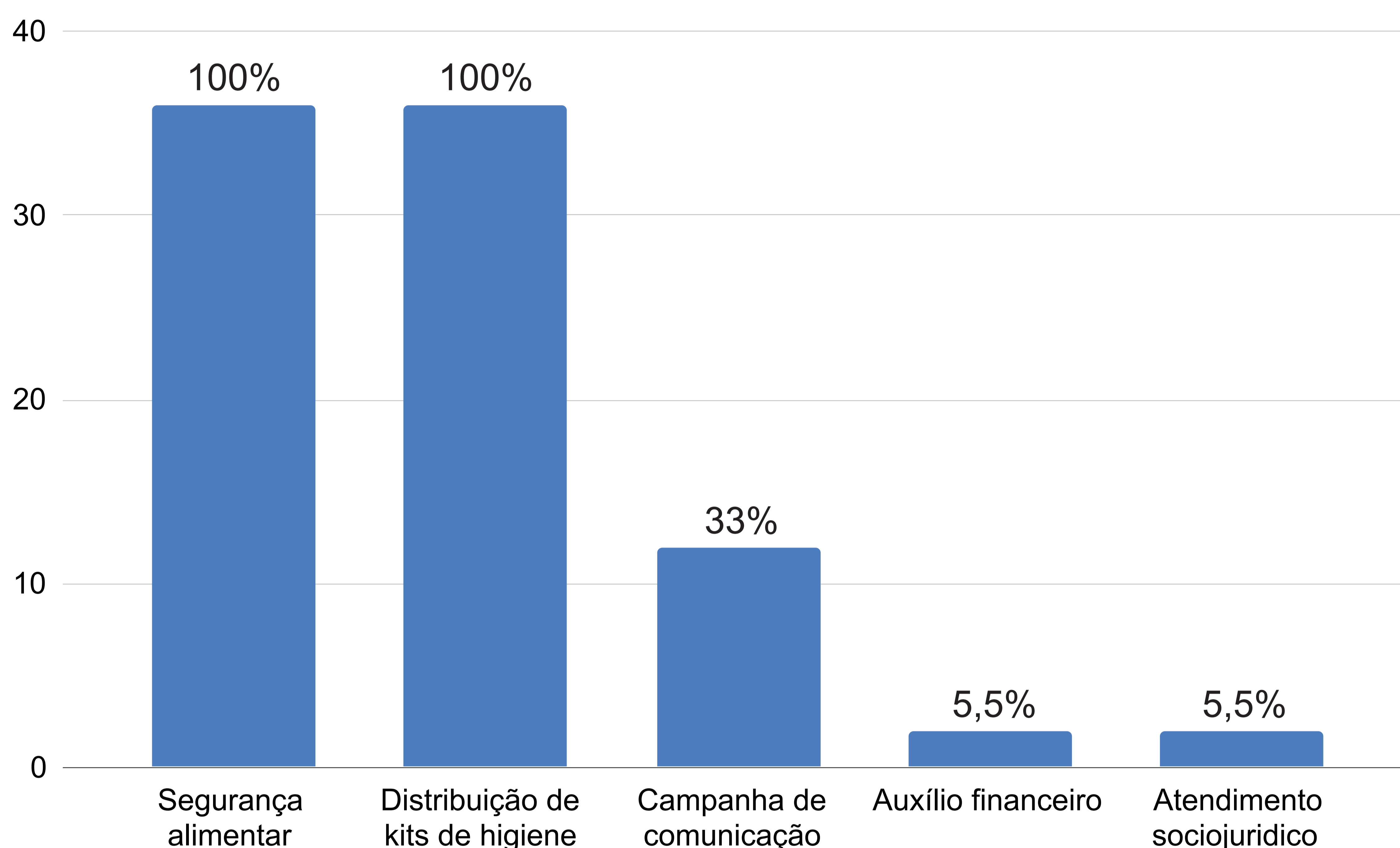
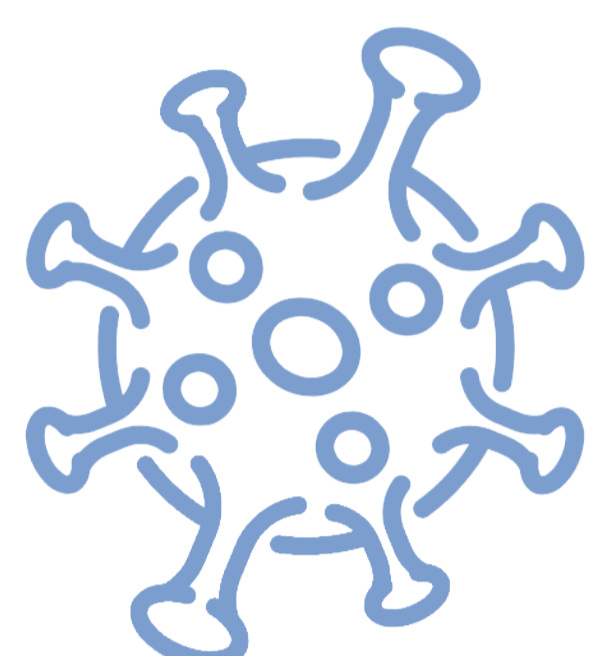
<sup>13</sup> Mapa Social do Corona, edição 11. <https://of.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Mapa-Social-do-Corona-11-1.pdf>



vez, no recorte cultural, 100% das organizações apresentam atuação anterior nos territórios e revelam, mais uma vez, as potências de articulação e engajamento comunitário deste setor nos territórios populares.

**Quando consideramos os tipos de ações de solidariedade desenvolvidos pelas organizações e coletivos**

**de cultura é unânime as ações voltadas tanto para a segurança alimentar, com a distribuição de alimentos, como também aquelas direcionadas a reduzir a transmissão do vírus por meio da distribuição de kits de higiene pessoal e familiar.** Portanto, como pode ser visto no gráfico abaixo, este tipo de ação foi empregado por todas.



Mais uma vez, podemos ressaltar o elemento de vinculação dos projetos e organizações de cultura nas favelas com a conexão sensível e legítima com seus territórios a partir dos tipos de ações acionados por elas. A assistência direta à população se mostrou como prioridade para esse conjunto de realizadores culturais em favelas no Rio de Janeiro.

Em segundo lugar aparecem as ações de comunicação e conscientização da população sobre a pandemia, assumindo 33% do total, em 12 casos. Essas ações ganham

diferentes contornos em suas respectivas favelas. Desde o movimento porta a porta, geralmente associado à distribuição de alimentos e dos kits de higiene, passando por ações com murais, cartazes, carros de som, rádio comunitária e alcançando até o ambiente virtual, sobretudo através do WhatsApp.

Em menor número aparecem as ações voltadas para o atendimento sócio jurídico da população, no sentido de orientar e encaminhar para o acesso a serviços públicos e direitos essenciais. Com o mesmo



percentual, acontecendo em apenas 2 casos, o auxílio financeiro, que ocorreu por meio da distribuição de cartões de alimentação. A cultura popular, sobretudo os agentes e mobilizadores culturais de favelas e periferias, demarcou mais uma vez o valor social e hu-

manitário desse setor. Neste caso, não restrito à criação da identidade nacional e na proliferação de práticas de convivência e aprendizado coletivo, mas também na solidariedade e na garantia do Direito à Vida da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário cultural pré, durante e pós pandemia demonstram a potencialidade e a resistência da cultura popular e de seus sujeitos na cidade do Rio de Janeiro. Os/as agentes culturais oriundos das favelas e periferias antes da pandemia já resistiam ao desinvestimento por parte do poder público nas diferentes esferas administrativas. Se no início da década passada, a cultura popular observou um incremento das políticas culturais voltadas para estes territórios, no final da década, já com um executivo mais conservador eleito, presenciou o enfraquecimento das instituições culturais e alterações nas políticas de fomento à cultura que ampliavam as restrições orçamentárias mirando eventos e expressões artísticas das periferias.

Logo no início da crise sanitária, os/as realizadores/as culturais se viram desassistidos pelo poder público - por sua categoria profissional não ser contemplada pelo auxílio emergencial- e para aqueles que atuavam/atuam em territórios populares a percepção de desam-

paro foi ainda maior, o que mudou apenas a partir das ações de enfrentamento à pandemia mobilizadas por eles/as próprios.

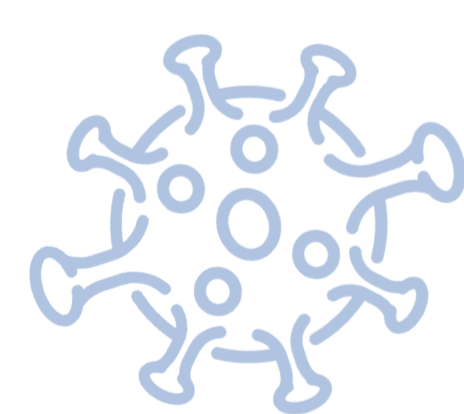
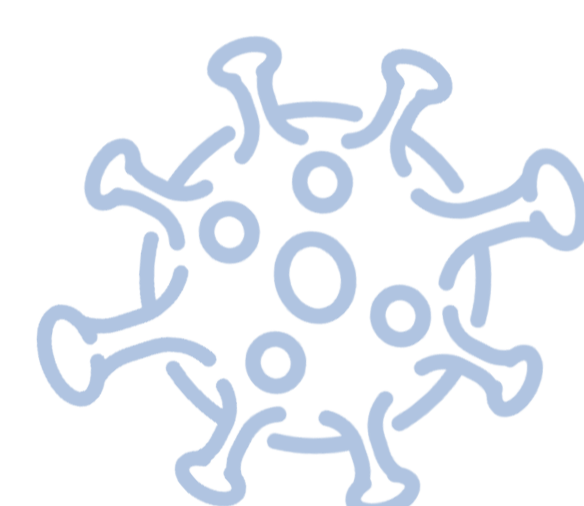
Frente a desassistência do Estado, o direcionamento de ações para o enfrentamento da covid-19 foi inevitável e inadiável, pois milhares de trabalhadores se viram sem renda devido ao cancelamento de espetáculos, shows e contratos de trabalho. E para aqueles atuantes em territórios de favelas e periferias a falta de renda se somou a falta ou deficiências dos serviços essenciais, o que potencializou a vulnerabilidade socioeconômica a que agentes culturais e moradores/as estão submetidos em seus respectivos territórios. Ao mesmo tempo, ficou evidente a relevância social e humanitária dos agentes e organizações culturais, que se mobilizaram a fim reduzir os impactos da pandemia arrecadando e distribuindo alimentos, kits de higiene, contratando carros-pipa, etc.

A mobilização dos/as agentes culturais em redes de solidariedade seguiu-se durante a pandemia e es-



ses/as profissionais com aprovação da Lei Aldir Blanc puderam tomar fôlego e retomar suas práticas. A LAB foi um investimento emergencial que contribuiu com a profissionalização de uma rede de iniciativas territorializadas e com o desenvolvimento econômico local. Com o fim da pandemia, frente aos seus impactos sociais e de saúde, em nossos diálogos com profissio-

nais da cultura, ressaltamos a importância da democratização das políticas culturais para fomento e fortalecimento das práticas culturais populares, inclusive daquelas presentes em territórios de favelas e periferias, que por consequência também asseguram a subsistência dos trabalhadores da cultura.





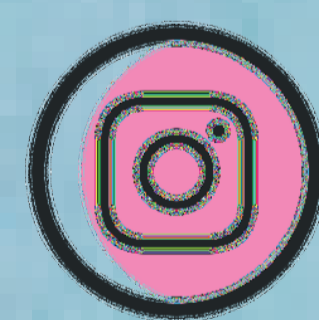
13ª Edição

# MAPA SOCIAL DO CORONA

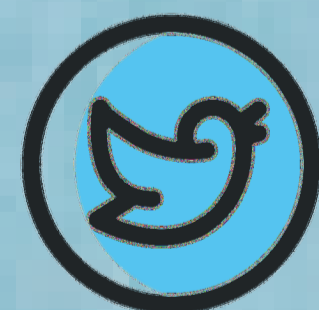
ACESSEM  
NOSSAS REDES:



/OBSERVATORIODEFAVELAS



@DEFAVELAS



@DEFAVELAS



/OBSERVATORIODEFAVELAS

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

